

MINHAS SENHORAS, MEUS SENHORES,

Ao fazer uma leitura do significado do mandato que a mim foi outorgado pelos meus eminentes pares à frente da Presidência deste Egrégio Tribunal de Contas, incessantemente uma palavra ecoa nos meus pensamentos: **responsabilidade!** É sob essa perspectiva que idealizo no meu íntimo a função que desempenharei a partir deste ato.

O desafio que me atribuo é de fazer uma esmerada gestão, não apenas sob o ponto de vista meramente formal, mas também e, sobretudo, de atuar com vistas ao fortalecimento institucional deste Tribunal, conferindo-lhe, por essa via, eficácia e efetividade no combate incessante ao desperdício do dinheiro público e à corrupção, evidenciando, assim, em última *ratio*, dentre as instituições republicanas representativas de nosso Estado, **resultados concretos** no cumprimento de suas competências constitucionais.

A partir de hoje, distancio-me da honrosa e sempre difícil missão de julgar para me investir quase que totalmente no papel de gestor, função esta tão desgastada numa sociedade que, por um lado, prima pelo imediatismo – de duvidosa importância, porquanto de visão rasa, superficial –, e, por outro, diga-se, antagonicamente, está cada vez mais ciosa do interesse público que deve permear as ações daqueles que estão investidos nas funções públicas – de que dimensão e escalão forem –, cobrando-lhes que exponham à vista a legitimidade de suas decisões, o que fazem de bom em prol da sociedade, o que têm a mostrar de produtivo em proveito do bem comum. E é bom, muito bom que seja assim! Esse comportamento, sem dúvida, demonstra maturidade social, e começa a revelar um traço da nossa Nação, que muitos acreditavam inexistir, dada sua passividade histórica.

O Estado brasileiro está pesado, inflacionado e ineficiente; os bons ventos já não sopram como dantes, e o nosso querido

Elefante, infelizmente, não dista disso. Os números estão aí para serem encarados sob o prisma inevitável da realidade, e as circunstâncias adversas que ainda não se manifestam como fatos consumados clamam por um olhar coletivo, do todo, e não de partes, sob pena de restarem intransponíveis e terminarem por atingir o conjunto, tornando todos vítimas, e não atores de mudanças, pois como disse o controvertido George Bernard Shaw, “não há progresso sem mudanças. E quem não consegue mudar a si mesmo, acaba por não mudar coisa alguma”.

Esse sentimento de responsabilidade a que mencionei inicialmente me induz justamente a perguntar o que a sociedade norte-rio-grandense espera e almeja não apenas de mim – que serei tão somente um mero timoneiro, e temporário, dessa nau –, mas de todos nós que integramos o Tribunal de Contas do Estado?

A complexidade dessa resposta traz consigo invariavelmente o enredo de que gerir a coisa pública é administrar bem alheio, de terceiros, como dizia Rui Cirne Lima, e para tanto não deve haver espaço para o imprevisto e submissão a interesses destoantes, mas àquilo que se acha digno de atenção: gerir o que é dos outros com o mais absoluto zelo, dedicação, lealdade e honestidade!

Daí que buscando sempre a máxima transparência na gestão do patrimônio do Povo, este sim, legítimo proprietário – nós somos meros inquilinos! –, irei administrar esta Corte, prestigiando em grande intensidade os servidores desta Casa, que, pela força preponderante do **mérito**, mostraram ser capazes de disponibilizar sua prestigiada inteligência e disposição quase que atlética para defenderem em todos os matizes o interesse público, dando resultados reais em razão de sua força laborativa. Os números estão aí para quem quiser ver. A título de exemplo, ou mesmo de prestação de contas, já que a publicidade aqui se impõe – e esta será, repito, um traço, um autêntico vetor de nossa

administração –, vale dizer que somente durante o presente ano este Tribunal, por intermédio do Ministério Público de Contas, encaminhou aos entes públicos credores (Estado e Municípios), para fins de execução judicial, processos provenientes de decisões condenatórias de débitos e multas que atingiram a significativa cifra de 182 milhões de reais.

É assim que devo e pretendo administrar: com a efetiva e decisiva colaboração dos meus eminentes colegas de bancada – cuja menção destacada faço na pessoa da minha sempre querida amiga Adélia, agora Vice-Presidente –, dos Auditores, dos membros do Ministério Público de Contas, e aqui também faço referência especial ao eficiente Chefe da Instituição, o Procurador-Geral Luciano Ramos, agradecendo-o pelas palavras a mim dirigidas, e todos os demais servidores desta Corte de Contas.

Ao lado disso, buscarei manter com as demais Instituições do nosso Estado uma relação de plena harmonia e respeito mútuos, dentro do plexo de forças competenciais estabelecidas no estamento constitucional brasileiro. É essa a compreensão que extraio e a forma como vivo e valorizo a República e também o Estado Democrático de Direito, no qual os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e os Órgãos autônomos, esta Corte de Contas e o Ministério Público, têm, cada um, uma conspícua missão a cumprir, e é louvável que se desincumba dela, e agora me refiro somente em volta da Instituição a que pertença – já que me faltam credenciais para falar das outras –, e me imponho como propósito irremovível, exercê-la com sabedoria e equilíbrio, alinhado ao script individual e intransferível que o Tribunal de Contas conquistou no plano normativo (constitucional e legal) e vem conquistando cada vez mais sob o respaldo da legitimidade!

Ao final, quero verbalizar dois gestos!

O primeiro de agradecimento pela confiança que meus colegas Conselheiros depositaram em mim. E o faço, pelo dever do reconhecimento, na pessoa do então Presidente, Paulo Roberto Chaves Alves, com quem convivi com mais proximidade durante a sua gestão como seu vice, função que, saiba, muito me honrou e ensinou. Agradeço também, a Vossa Excelência, a saudação que me fez há pouco. Atrevo-me a dizer que só a sua generosidade a justifica.

O segundo é mais do que um gesto: hei-vos de pedir pedindo, contrariando aqui o Padre Antônio Vieira. E esse pleito vai endereçado aos que fazem esta Corte de Contas, pois tenho a convicção de que, na linha do que assentado por Hannah Arendt, “quem habita este planeta não é o Homem, mas os homens. A pluralidade é a lei da Terra”: peço o empenho de todos a fim de que o Tribunal continue a imprimir conquistas cada vez mais definitivas em torno da efetividade de sua atuação como órgão

constitucionalmente autônomo de controle das receitas e despesas públicas do Estado do Rio Grande do Norte!

De minha parte, projeto na minha consciência, nesse momento de autêntico compromisso com o Povo potiguar, as sábias palavras de Edward Hale: “Sou um só, mas ainda assim sou um; não posso fazer tudo, mas ainda posso fazer alguma coisa; e não é porque não posso fazer tudo que vou deixar de fazer o que posso”!

Que Deus nos abençoe!

Muito obrigado!